



Expresso

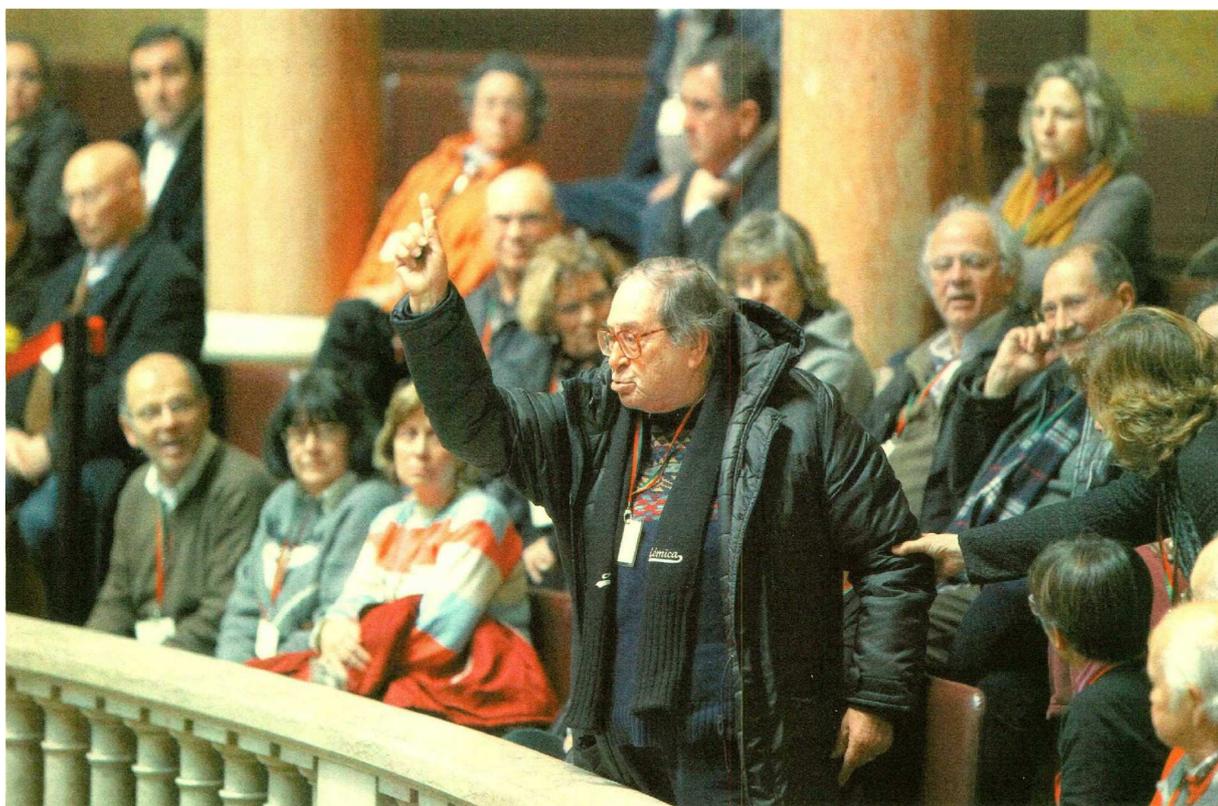
25-01-2014

Periodicidade: Semanal
 Classe: Informação Geral
 Âmbito: Nacional
 Tiragem: 131300

Temática: Justiça
 Dimensão: 1083
 Imagem: S/Cor
 Página (s): 14

Juristas defendem corte definitivo

Dois constitucionalistas do grupo técnico criado pelo Governo defendem corte de pensões em pagamento



O QUE ELES PENSAM SOBRE O CORTE NAS PENSÕES

VIEIRA DE ANDRADE
 Constitucionalista

“Em alguns casos houve medidas que se traduziram na obtenção de pensões desproporcionadas, sem qualquer correspondência com a carreira contributiva e que hoje oneram excessivamente as gerações de contribuintes atuais”

“O princípio da justiça intergeracional deve hoje integrar o leque de instrumentos na hora de analisar e avaliar juridicamente medidas de restrição de pensões, ainda que se trate de restringir pensões anteriormente atribuídas”

Pensionistas voltaram esta semana a manifestar-se contra as intenções do Governo na Assembleia da República. FOTO ALBERTO FRIAS

O Governo chamou dois constitucionalistas a integrar o grupo técnico que vai encontrar a fórmula que permitirá tornar a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) uma medida permanente. A escolha não foi um acaso: ambos os juristas já defenderam publicamente que o corte das pensões não só tem enquadramento na atual Constituição como pode ser permanente e atingir as reformas atualmente em pagamento. O Governo quer que estes cortes nas pensões integrem o Orçamento de 2015, onde, aliás, os limites do défice não deixam margem para uma "retoma" do valor das reformas inicialmente atribuídas aos pensionistas quando atingiram o estatuto de reformados. Os cortes vieram para ficar.

Vieira de Andrade e João Carlos Loureiro são ambos juristas, professores da Universidade de Coimbra e especialistas em Direito Constitucional. Ambos fazem parte do recém-criado projeto SPES (Socialidade, Pobreza(s) e Exclusão Social), um grupo de investigação do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ambos colaboraram recentemente com o Ministério das Finanças na sustentação jurídica de dois diplomas fundamentais do programa de redução estrutural de despesa do Estado, que foram enviados para apreciação do Tribunal Constitucional. Vieira de Andrade defendeu a constitucionalidade e necessidade da CES — e a intenção do Governo acabou por ser validada pelos juizes do TC. João Carlos Loureiro defendeu a adequação do projeto de convergência das pensões à Constituição. A medida não passou.

A necessidade de tornar definitivos os cortes das pensões em pagamento está, desde sempre, nas entrelinhas do discurso político. Os cortes vigoram desde 2011 para as pensões mais altas (inicialmente, a partir dos €1350, este ano, com a bitola a baixar para os mil euros) e são uma peça fundamental no contrato com a *troika*,

de redução permanente da despesa do Estado. Cada ano, são €500 milhões a menos de despesa pública, o que, com as metas apertadas de cumprimento do défice, não deixam grande margem para folga.

Governo insiste

Por outro, o Governo diz que o atual sistema de pensões, além de "insustentável" no futuro próximo porque "não é capaz de gerar, hoje, receitas suficientes para fazer face aos compromissos", é ainda incapaz de garantir "equidade" em relação aos futuros pensionistas que "nunca irão receber o mesmo que é atualmente pago aos reformados, para cujas pensões contribuem sob a forma de contribuições, impostos e dívida". Segundo a mesma fonte oficial, acresce a este princípio que "não há margem orçamental para evitar os cortes" e, há alguma esperança, apesar das reservas constitucionais. O primeiro ministro afirmou na altura em que o "chumbo" da convergência das pensões foi conhecido, que o TC dei-

xou "portas abertas" para a iniciativa política porque "o acórdão revela que não é inconstitucional reduzir o valor das pensões em pagamento".

Falhada a primeira tentativa de cortar permanentemente as pensões através da convergência, o Governo volta à carga. O grupo técnico coordenado pelo secretário de Estado da Administração Pública, que esta semana reuniu pela primeira vez, vai trabalhar com especialistas em Segurança Social e constitucionalistas para encontrar "uma solução duradoura" para os cortes, até agora sempre apresentados como extraordinários e necessários num quadro de emergência económica. Todos os *experts* convidados para consultores têm em comum terem assumido posições públicas de defesa de uma profunda mexida no sistema atual de Segurança Social para garantir a sua futura sustentabilidade, independentemente do mau momento que atravessam as contas públicas. Ribeiro Mendes, ex-secretário de Estado de um Governo socialista, ou Margarida Correa d'Aguiar, também com a mesma pasta da Segurança Social de um Governo PSD, têm sucessivas vezes alertado para a mudança das condições demográficas — menos nascimentos e maior esperança de vida —, para os baixos níveis de crescimento económico do país e para o aumento do desemprego, como fatores "explosivos" de um sistema de pensões, criado com bases em pressupostos que, não só não existem, como nunca mais regressarão. São eles os dois especialistas chamados pelo Governo a pronunciar-se. Ao Expresso, preferiram recusar, neste momento, qualquer comentário, alegando que os trabalhos ainda não começaram e nem está agendada qualquer reunião.

Esgrimir a Constituição

Mas é no argumentário da constitucionalidade dos cortes em pensões já em pagamento e acorda-

das entre o Estado e os atuais pensionistas que o Governo tem o maior calcanhar de Aquiles. Vieira de Andrade é um apoio fundamental para esse objetivo.

Argumentos para reduzir

O constitucionalista já antecipara o problema — no parecer sobre a CES — ao dizer que "não é de excluir que o TC venha a ter de defrontar-se com o novo problema de saber se é constitucionalmente legítimo que o legislador, fundado no princípio da justiça intergeracional, reduza o montante de pensões atribuídas, no contexto da necessidade de garantir a autossustentabilidade do sistema de segurança social". Para o jurista é claro que o atual regime permitiu que "em alguns casos" tenham sido atribuídas "pensões desproporcionadas, sem qualquer correspondência com a carreira contributiva e que hoje oneram excessivamente as gerações de contribuintes atuais. E se é verdade que os reformados de hoje estão constitucionalmente protegidos pelo princípio da confiança, Vieira de Andrade contrapõe que esse valor não é absoluto: "O princípio da justiça intergeracional" deve ser tido em conta "na hora de analisar e avaliar juridicamente medidas de restrição de pensões, ainda que se trate de restringir pensões anteriormente atribuídas, e mesmo que não se trate de medidas adotadas em contexto de emergência e por causa do estado de emergência económico-financeiro".

João Carlos Loureiro também defende o recálculo das pensões "mesmo em relação aos atuais pensionistas e aposentados" por "não ser possível por razões de sustentabilidade e de justiça intergeracional continuar, à sombra da medusa dos direitos adquiridos continuar a defender que, no caso das pensões já atribuídas, seria impossível tocar no seu montante". O parecer do constitucionalista integrou o vasto dossiê que o Governo enviou

PS promete confronto, mas depois...

O PS veio acusar o Governo de pretender cortar permanentemente as pensões atualmente em pagamento. Vieira da Silva disse que a proposta é de "divergência" e o deputado Nuno Sá veio acusar o Executivo de "inaceitável brutalidade social" ao comportar-se "perante as pensões dos portugueses como se fosse dono delas". O deputado e coordenador parlamentar dos temas do Trabalho e Segurança Social disse ainda que a comissão criada era "parassecrta" e trabalhava "na obscuridade". Ao Expresso prometeu que o PS "vai confrontar" o ministro da Segurança Social sobre esta matéria. Mas só a 26 de fevereiro haverá agenda.

ao TC para sustentar o diploma da convergência das pensões. Loureiro defende que o atual valor das pensões não está "imunizado" de cortes à luz dos valores da sustentabilidade e da justiça intergeracional. "A sustentabilidade da Segurança Social é um conceito federador", defende o jurista: "Exige a preservação de um sistema, traduzida numa garantia duradoura de prestações adequadas, garantia duradoura de financiabilidade e a justiça intergeracional da relação entre financiamento e prestações". O Estado tem obrigações iguais para os pensionistas: atuais e futuros. Uns não podem valer mais do que os outros, concluem os constitucionalistas. "Não há nada à borla", disse a ministra das Finanças esta semana.

ROSA PEDROSO LIMA

JOÃO CARLOS LOUREIRO
Constitucionalista

"É possível proceder a um corte do montante das prestações a pagar, mesmo em relação aos atuais pensionistas e aposentados"

"Recusamos claramente a ideia de que constitucionalmente não seria possível reduzir o montante das pensões, como se estas, correspondendo a prestações de tempo longo, fossem indiferentes à erosão dos pressupostos"

MARGARIDA CORREA
d'AGUIAR
Ex-secretária de Estado da Segurança Social

"Uma coisa parece ser certa, para manter a equidade e solidariedade intergeracional temos de ter mecanismos de ajustamento do equilíbrio financeiro do sistema, com base em regras claras e definidas, que assegurem uma repartição justa dos benefícios e custos entre as gerações"

"No fundo está em causa saber como podemos garantir que os trabalhadores que estão hoje no ativo e os jovens que entrarão, entretanto, no mercado de trabalho terão no futuro os mesmos níveis de pensões que hoje são pagos"

FERNANDO RIBEIRO
MENDES
Ex-secretário de Estado da Segurança Social

"A minha convicção é que as pensões deixarão de ser um direito adquirido. Aliás, hoje já não são totalmente"

"O direito à pensão e a uma vida digna na terceira idade será com certeza mantido. Mas a concretização desse direito genérico, que hoje vemos como uma pensão garantida com base na carreira contributiva, é cada vez menos intocável. E a tendência não será favorável aos direitos adquiridos"



O Expresso noticiou há quase um ano que o Governo queria tornar permanentes os cortes das pensões em pagamento. Passos chegou a desmentir. O tempo esclareceu quem ainda tivesse dúvidas